Campesinatos e política *

Otávio G. Velho

Da Boa Crítica

I

No primeiro número do *Anuário Antropológico* foi publicada uma resenha assinada por Moacir Palmeira (1978) de meu livro *Capitalismo Autoritário e Campesinato* (Velho, 1976). Para muito além da capacidade profissional do seu autor e de seu sentimento de ética acadêmica, todos muito bem conhecidos de seus pares, a resenha reflete uma grande generosidade. Ao mesmo tempo, trata-se de uma peça exemplar de crítica no seu sentido mais justo e invulgar pela forma com que penetra no texto e persegue as suas implicações. Assim sendo, essa resenha me fornece uma oportunidade única de reflexão e de tentativa de avançar as minhas próprias idéias a respeito de uma série de questões. Estou em concordância com diversas das observações, por demais parcimoniosas aliás, e quanto a outras tantas, da maior importância para mim, espero ter oportunidade de voltar a elas em outra ocasião. Há um ponto, porém, levantado por Moacir Palmeira, que me parece oportuno retomar neste momento, antes que o próprio desenvolvimento do trabalho me distancie da

* Agradeço a João Pacheco de Oliveira Filho os comentários feitos a uma primeira versão deste artigo, os quais foram extremamene oportunos. Aproveito para agradecer também aos demais participantes do seminário sobre Colonização e Povoamento realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (U.F.R.J.) no segundo semestre de 1977 (Leonarda Musumeci, Lígia Simonian, Luís Eduardo M. Soares, Maria Amélia S. Dickie, Maria Hortense F. C. Marcier, Maria Emília L. Pacheco), de cujas observações me beneficiei para clarificar minhas próprias idéias sobre diversas questões aqui abordadas.

discussão. Trata-se de questão em que o caráter polêmico das minhas opiniões, particularmente entre os pesquisadores mais próximos a mim, e mesmo no contexto mais geral das principais posições identificadas entre nós com o estudo do campesinato, jamais me escapou. Somente, no entanto, a colocação clara e precisa feita por Moacir Palmeira teve o efeito de estimular-me a ir além das afirmações um tanto fragmentárias do livro, e que na ocasião espelhavam tanto os meus propósitos quanto, possivelmente, o estado imaturo das minhas reflexões. Sem imaginar que tenha hoje chegado a uma posição que se aproxime de "definitiva", creio já ser possível tentar estabelecer um diálogo mais sistemático em torno de determinadas posições que podem até parecer um passo atrás (ou mesmo um "desvio") em relação a um esforço de reflexão coletiva ao qual não sou alheio, mas que podem também, o que considero ser o caso, constituir-se numa tentativa de romper certos impasses surgidos no bojo de polêmicas que, a meu ver, já podem começar a ser superadas.

II

Tomo, portanto, as observações da resenha como referência privilegiada para colocações que, muito mais do que uma resposta constituem um diálogo com toda uma literatura e um conjunto de pesquisadores.

Assim sendo, creio que o trecho pertinente da resenha deve ser transcrito:

> Um segundo ponto que gostaríamos de abordar é a concepção de campesinato como *modo de produção*. O autor acompanha Tepich ao referir-se a um *modo de produção necessariamente subordinado*.
>
> A subordinação não exclui, portanto (e daí falar-se em modo de produção) regras próprias, diferentes daquelas que regem outros modos de produção. Como conciliar isso com a concepção do campesinato como uma proto-burguesia que Otávio Guilherme Velho também avança? Onde fica a especificidade dessas regras se, no momento em que a subordinação é suspensa, o campesinato aparece *ipso facto* como uma burguesia — talvez sem os ares "civilizados" de uma burguesia citadina, mas burguesia. Como juntar esse tipo de concepção com aquela que o próprio Otávio Guilherme Velho avança, no final do capítulo III, a respeito das implicações de pensar o campesinato como modo de produção sobre as noções de "feudalismo" e "modo de produção asiático": também aí o campesinato seria uma proto-burguesia? Tepicht (Tepicht, 1973:45) tenta encaminhar uma solução para esse problema tentando mostrar

como em cada situação histórica o campesinato encarna as características dominantes da formação econômico-social, de forma que ele sempre seria um embrião de alguma ou algumas das classes que comporiam aquela formação. Mas onde fica nesse caso a especificidade do modo de produção camponês? É também conveniente lembrar que os autores nos quais se inspira para formular a idéia de uma proto-burguesia vêem também o campesinato (ou uma parte dele) como um proto-proletariado. Por que a suspensão de subordinação do campesinato revelaria apenas e necessariamente a sua "face burguesa"?

Esse talvez seja o preço do privilegiamento intencional pelo autor da fronteira como ponto de partida e objeto de suas reflexões. Até que ponto ao tentar ver as coisas a partir da fronteira, não deixa de considerar as relativizações sucessivas que ele próprio impõe a esse conceito (a "fronteira aberta" como uma variante apenas e não como a própria "fronteira"; "fronteira" não sendo necessariamente uma fronteira física) e vê o movimento da sociedade brasileira a partir de uma fronteira turneriana (física e aberta)? Não será por isso que, ao identificar uma trajetória ascendente do campesinato vai identificar esse último como uma proto-burguesia, com uma camada de *kulaks* "modernizantes", descartando os conflitos reais da fronteira que diriam respeito à trajetória descendente de um "campesinato marginal" em liquidação? Não vai, em conseqüência privilegiar a posição potencial de um campesinato proto-burguês da fronteira física e não as implicações de uma trajetória de classe sobre o próprio "projeto político" de uma classe, como pretende, a fronteira física entrando apenas como exemplo privilegiado? Será que a tentativa de deslocar o suporte social da democracia da burguesia como um todo para o que seria uma "pequena burguesia especial" não pode terminar por reintroduzir o mito turneriano da democracia de fronteira, com todas as implicações que Otávio Guilherme Velho nos revela?

III

A utilização repetida da forma interrogativa no trecho acima, por um lado atende plenamente aos propósitos da resenha e, por outro, rende tributo à complexidade das questões tratadas. Para mim, pessoalmente, o início da descoberta da literatura que gira em torno da noção de sistema econômico camponês se deu exatamente com um artigo de 1969 (não o de 1973) do autor mencionado — Jerzy Tepicht (1969). Já em 1970, na minha dissertação de mestrado (Velho, 1972) há uma primeira utilização do texto, a qual ficou muito aquém da impressão que a sua leitura recente me provocara sem que tivesse acesso a suas fontes básicas. Tratava-se, em relação à

literatura que me servira de referência em um artigo recente (Velho, 1969), de uma verdadeira "novidade". A partir daí e durante uma primeira estadia na Inglaterra em 1970 - 71 deu-se o contato com os textos de Chayanov (então recentemente traduzido), Galeski e Shanin, e nos anos seguintes um acompanhamento relativamente sistemático da obra desses autores e de outros que por essa época estavam produzindo sob sua influência, o que teve como marco a criação do *Journal of Peassant Studies.*

Cito esses fatos porque acredito que a sua relevância vá além da minha história pessoal. No Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da U.F.R.J. (Museu Nacional) esses trabalhos passaram a ter maior influência a partir de 1971, mas com raízes significativas em trabalhos e cursos anteriores ministrados por Roberto Cardoso de Oliveira e Moacir Palmeira. Teve-se a sensibilidade de perceber o potencial dessa literatura como referencial para o trabalho de campo antropológico e na abertura de um espaço teórico para considerar o campesinato como objeto.

E é exatamente do âmbito de pesquisadores que sob orientação de Moacir Palmeira realizavam pesquisas na Zona da Mata de Pernambuco que surgem as realizações mais significativas em matéria de aplicação criativa das idéias em torno de sistema econômico camponês. Tão significativas que sua importância acaba por transcender esses limites passando a representar contribuição eficaz à teoria.

A Questão da Especificidade

IV

No conjunto da literatura mencionada, e sem que isto sirva como padrão de qualidade, existem autores que buscam compatibilizar as reflexões sobre o sistema econômico camponês feitas a partir dos chamados neopopulistas russos com o materialismo histórico. Outros, só o fazem marginalmente. Trata-se de esforço extremamente difícil e do qual surge a noção de modo de produção camponês. Tepicht pertence a esse primeiro subgrupo. Ao mesmo tempo, é o mais explicitamente "político" de todos esses autores, o que é atestado não só por sua vida extra acadêmica [1], mas também por seus trabalhos. Não

1 Ver seu obituário no *Journal of Peasant Studies*, v. 1, n.º 2, janeiro de 1974, p. 263/64.

foi certamente por acaso ter sido ele citado na resenha a propósito do meu livro. Partamos, portanto, do próprio Tepicht.

No seu artigo de 1969 já mencionado existem, por assim dizer, dois gêneros de considerações. Um deles se refere exatamente à questão da economia e do modo de produção camponês e foi por nós relativamente trabalhado. O outro, muito significativamente, foi praticamente ignorado. Trata-se de suas considerações, seguindo Makarov, acerca de áreas culturais e da atitude dos homens diante do esforço produtivo. Essas últimas considerações no sentido de caracterizar a cultura *latu sensu* e a moralidade próprias ao campesinato, são pouco aprofundadas e a tendência foi considerá-las supérfluas e perfeitamente substituíveis pela discussão das próprias "leis" de funcionamento do modo de produção. No entanto, hoje tendo a pensar que Tepicht, no seu pensamento contraditório e por vezes até inconsistente, apontava para problemas reais e irredutíveis, tentando compatibilizar o seu encaminhamento com o que lhe parecia ser a *démarche* marxista.

Que problemas são esses? A meu ver a dificuldade em dar conta do "comportamento real" dos camponeses e de processos sociais concretos a partir de uma discussão centrada sobre modo de produção reduzido no caso, necessariamente, ao seu sentido restrito. Creio que as dificuldades apontadas por Moacir Palmeira se devem, tal como em Tepicht, a uma dificuldade minha em recolocar adequadamente o problema; no meu caso, inclusive, por receio de recair no historicismo.

Poder-se-ia dizer que simplesmente não se pretenderia realizar tal passagem. Todavia, ao se concentrar os esforços na discussão sobre modos de produção e as "leis" de seu funcionamento, efetivamente se manteve um vazio teórico que aparece à luz do dia justamente porque na verdade as nossas preocupações vão além. É isso o que ocorre no meu texto e o que leva Moacir Palmeira a indagar significativamente:

> Onde fica a especificidade dessas regras (do campesinato enquanto modo de produção) se, no momento em que a subordinação é suspensa, o campesinato aparece *ipso facto* como uma burguesia...? Tepicht tenta encaminhar uma solução para esse problema tentando mostrar como em cada situação histórica o campesinato encarna as características dominantes da formação econômico-social, de forma que ele sempre seria um emirião de alguma ou algumas das classes que comporiam aquela formação. Mas onde fica nesse caso a especificidade do modo de produção camponês?

Bettelheim responde a essa questão negativamente tomando o lado, por assim dizer (e, ao que parece, em direção oposta à de Moacir Palmeira) da formação social, sugerindo a impossibilidade de considerar o camponês como representante de um outro modo de produção:

> Pergunto-me, na verdade, se ... os "modos de produção" dominados conservam o estatuto de modo de produção; sua própria instância dominante não pode funcionar como tal. ("Reques Théoriques in *Problèmes de Planification,* n.º 14, cit. p/Amin e Vergopoulos, 1977).

Marx, Lênin e os principais autores da mesma linha de pensamento se referiram explicitamente ao campesinato como (pequena) burguesia, embora não certamente a todo e qualquer campesinato, como indaga Moacir Palmeira. Será que com isso negaram a especificidade de um modo de produção camponês? Acredito que sim no caso de muitos de seus epígonos, e mesmo dos próprios clássicos episodicamente. Porém, fundamentalmente creio que *a questão é outra*: ao se referirem à pequena burguesia simplesmente não tinham como objeto modos de produção *strictu sensu,* mas se tratava, isto sim, de *análise política.*

Poder-se-ia indagar que análise política é essa que não se baseia nas próprias condições de vida dos seus atores. A resposta seria que efetivamente não pode deixar de se basear nessas condições, mas que do ponto de vista dessa análise as condições sociais não se restringem à caracterização de modos de produção, mas estão referidas a *situações históricas* concretas [2].

Celso Furtado lembrou recentemente entre nós (1976, p. 32/44) a possibilidade de, inspirado em Weber, distinguir a formação socio-política (estrutura de poder) capitalista de seu modo de produção. Weber não foi, no entanto, o único a pensar a presença direta e (re)organizadora do capitalismo mesmo onde não se encontre a sua forma produtiva característica [3], o que é bem diferente, como perspectiva, de pensá-lo apenas como agente de uma subordinação que,

---

[2] Para uma discussão a respeito da noção de situação histórica ver Oliveira Filho (1977).

[3] Muito a propósito, Chayanov também o fez, embora restrito à economia, referindo-se à agrilultura no capítulo final do seu principal trabalho:
"In other words, while *in a production sense* concentration in agriculture is scacely reflected in the formation of new largescale undertakings, in an *economic sense* capitalism as a general economic system makes great headway in agriculture." (1966. p. 257) (os itálicos são do autor).

conforme o caso permite, ameaça ou impede uma reprodução do campesinato enquanto tal, por assim dizer. Creio mesmo que esse pensamento está evidente, por exemplo, em Lênin, desde que se pressuponha, no caso, um processo de afirmação de um polo produtivo capitalista.

Tratava-se para Lênin não apenas de afirmar a expansão do modo de produção capitalista (embora houvesse uma tendência, a seu ver, nesse sentido), mas, o que *era fundamental no debate com os populistas,* também o desse domínio, mais amplo, do sistema capitalista. É elucidativa e básica, nesse sentido, a distinção feita entre desenvolvimento capitalista *em profundidade* e *em extensão.*

Essa visão me parece absolutamente central no *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.* Daí se seguem uma série de conseqüências, entre as quais uma da maior importância para nós aqui, qual seja a caracterização do campesinato russo (pós-Reforma) como pequena burguesia à medida que se torna parcelar e se relaciona diretamente com o mercado capitalista:

> Let us not that the employment of wage-labour is not an essential feature of the concept "petty bourgeoisie". This concept covers all independent production for the market where the social system of economy contains the contradictions described by us above, particulary where the mass of producers are transformed into wage-workers. (1974. p. 179).

E:

> ... this category (small rural bourgeosie) includes every small commodity producer who covers his expenditure by independent farming, provided the general system of economy is based on the capitalist controdictions... (1974. p. 316).

Imaginar que em Lênin, sem dúvida o autor que serve de referência principal para essa caracterização (e sobre o qual por isso nos detemos), a noção de pequena burguesia suponha a aplicação na sua produção imediata das "leis" capitalistas significaria ignorar *a linha central que amarra toda a sua argumentação* e equivaleria na prática a tentar erigir um homem de palha. Uma vez que não se trata disso, pode-se imaginar duas vertentes combinadas de tendências diferenciadoras internas ao campesinato ligadas ao desenvolvimento capitalista: uma que no limite separaria proletários de burgueses propriamente ditos, e outra que cria os pequenos burgueses (dentro da definição acima), distintos, também no limite, dos camponeses do agro pré-capitalista, em que:

> ... a network of small local markets... linked up tiny groups of small producers, severed from each other by their separate farms, by the innumerable medieval barriers between them and by the remants of medieval dependence. (1974. p. 385).

E para caracterizar melhor a distinção entre esses pequenos mercados locais e o grande mercado capitalista:

> A necessary attribute of the small local markets is, apart from primitive forms of artisan production, primitive forms of merchant's and usury capital. The more remote a village is, the further way it is from the influence of the new capitalist order, from railways, big factories and large — scale capitalist agriculture, the great is the monopoly of the local merchants and usurers, the greater is their subjugation of the surrounding peasantry, and the cruder are the forms of this subjugation. ... The predominance of natural economy, which accounts for the scarcity and dearness of money in the countryside, results in the assumption of an importance by all these "kulaks" out of all proportion to the size of their capital. ... Capitalism draws these markets together, combines them into a big national market, and then into a world market, destroys the primitive forms of bondage and personal dependence, develops in depth and in breadth the contradictions which in a rudimentary form are also to be observed among the community peasantry — and thus paves the way for their resolution. (1974. p. 387/88).

Creio haver, sem metafísica, uma continuidade básica no pensamento de Lênin que permeia os sucessivos debates em que se empenhou. Pensar, então, o campesinato simples e imediatamente como proletariado (ou como proto-proletariado), dada a aceitação prévia da passagem da formação social russa pelo capitalismo, levá-lo-ia a abandonar o tema das *alianças de classe,* que supõe a diversidade e constitui uma de suas contribuições práticas e teóricas fundamentais; ou a identificar-se com a posição menchevique. Poderia até levar a predeterminar a necessidade de que uma simples tendência econômica se realizasse absolutamente para que a política pudesse entrar em cena.

Respondendo a Moacir Palmeira, eu diria que o campesinato que se proletariza já não é no limite um campesinato, ao passo que o campesinato que foi objeto principal de meus interesses no livro é, por assim dizer no sentido acima, uma pequena burguesia, e não apenas uma burguesia em potencial.

V

Mas retornemos à questão de onde fica a especificidade do campesinato, já que inclusive ela é também uma boa via para discutir o seu inverso.

Trata-se de questão central que persegue os estudiosos, mas que em casos extremos chega a tornar-se obsessiva, gerando textos cujo objetivo "teórico" maior passa a ser "defender" o "seu" grupo camponês da "acusação" de não sê-lo, numa caricatura talvez reveladora de dificuldades ocultas em trabalhos melhores que lhes servem de inspiração; pelo menos à medida em que são colocados, advertida ou inadvertidamente, como modelo geral, ou como "variantes" privilegiadas de um modelo geral já de fato suposto, em suas grandes linhas, *a priori*.

Esta especificidade tem sido em geral vista como se referindo à caracterização do grupo doméstico como unidade de produção e de consumo. Inicialmente, cabe mencionar que esta característica não se restringe aos campesinatos, já tendo havido inclusive ensaios teóricos no sentido de conceituar um modo de produção doméstico (Sahlins, 1974).

Feita, no entanto, esta importante ressalva, podemos aceitar essa relativa especificidade, que permite, por exemplo, distinguir, como acima, a noção de proletariado da de pequena burguesia camponesa, lembrando, todavia:

1.º — que não é tranqüilo bastar como suporte para a caracterização de um modo de produção (ver obs. Bettelheim);

2.º — que de qualquer maneira, sê-lo-ia apenas num sentido restrito, deixando em aberto todo um campo de questões referentes a sua posição na formação social que não podem ser resolvidas pensando a subordinação como um elo "extenso" ligando entidades distintas.

Podemos no entanto, até certo ponto, e Chayanov talvez não pretendesse mais do que isso, pensá-lo como constituindo uma forma de organização da produção imediata, do que decorrem conseqüências já por si de enorme importância. De qualquer maneira, no livro, a minha própria visão de modo de produção (restrito) não pretendia mais do que isso.

As tentativas de ir além, pensando, por exemplo, o campesinato como um ato social que somente se preocupa com as "necessidades sociais" (contrastadas com o *drudgery*) ou com a reprodução de suas condições sociais de existência, só fazem tentar substantivar formu-

lações marginalistas formais de Chayanov e nada determinam, já que o mesmo poderia ser dito de qualquer ator, tudo dependendo de *que* necessidades sociais ou que condições sociais de existência (em todos os níveis, bem entendido) são essas. É como tentar dar uma solução ligeira a problemas complexos que envolvem todo um outro gênero de considerações, para as quais se exigiria lançar mão de outros recursos.

Eu proporia que não pode haver uma resposta única para esta questão, nem muito menos uma resposta engendrada a partir das "leis" de funcionamento de um modo de produção camponês como tal. Nesse sentido, *não há* especificidade camponesa.

É aqui, a meu ver, da maior importância revalorizar a *circulação* como elemento da conjunção que determina as situações históricas. Creio ser este um dos sentidos fundamentais do *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* na obra como um todo e, como vimos, na própria visão do campesinato; o que já na época levantara contra o autor críticas severas partidas de marxistas "autênticos", em nome da "produção" (Lênin, 1974, p. 623/24). Trata-se, apenas de não pensar a circulação abstratamente, mas em suas diversas modalidades concretas e a partir do estabelecimento ou do processo de estabelecimento de um núcleo produtivo dominante [4].

A partir daí, pode-se ter um ponto de referência para uma perspectiva relacional e para a recuperação crítica de parte da produção acadêmica, aí incluídos Weber, Polanyi e as diversas tradições da Antropologia [5]. E uma vez afirmada a integração (em contraste com a articulação) a um sistema capitalista abrem-se novas possibilidades para se pensar as relações (políticas e outras) que não se reduzem à circulação de mercadorias.

Por outro lado, esta perspectiva não implica na recaída em uma "teoria" da dependência absoluta em relação a um polo dominante. Sendo relacional, o jogo das posições é fundamental, inclusive na definição do *campo* e da *arena* das situações históricas em que se faz a política [6].

---

[4] A argumentação de Pierre-Philippe Rey (1973. p. esp. 104/26 e posfácio) nesse sentido coincide no fundamental com esta; apenas, tal como em meu livro, não fazendo, a meu ver, a devida justiça a Lênin.

[5] Mesmo a produção dos chamados *formalistas*, aparentemente menos sofisticada e "recuperável" que a dos substantivistas, poderia ser *em certos casos* relida como exprimindo, exatamente, a predominância *lato sensu* do capitalismo, aspecto por vezes negligenciado por *substantivistas* e talvez ainda mais por aqueles que se utilizam deles em contextos diversos.

[6] Para uma discussão das noções de *campo* e *arena* na Antropologia Política ver Swartz (1968), Introduction.

VI

O que significa, então, caracterizar um campesinato como (pequena) burguesia? De certa forma apenas uma preliminar, embora importante. Talvez não mais do que a indicação de sua inserção numa formação social capitalista como produtores independentes, com as conseqüências sugeridas acima, mas num grau de generalidade não muito diferente daquele envolvido nas noções de burguesia e proletariado.

Mas, exatamente deslocada a problemática para o campo da política, a meu ver, não cabe propriamente responder à questão de qual a especificidade do campesinato, pequeno burguês ou não, nem em supor haver a identificação de uma camada camponesa com **o** campesinato. Explicitamente *nego* essa especificidade ao afirmar que apenas formalmente tratar-se-ia sempre do mesmo ator social (p. 98). A especificidade estaria dada, por assim dizer, em outro nível, o que não deve impedir o estudo das *diferenças,* muito coincidente com uma preocupação da Antropologia, embora nem sempre tendo o seu melhor tratamento na redução a variantes, como na prática estruturalista. É nesse sentido, aliás, que também ganha toda a sua força o tema clássico das diferenciações internas aos grupos camponeses concretos, uma vez despido de qualquer carga evolucionista, economista ou metafísica.

Se, por um lado, a questão da especificidade resgata o estudo do campesinato de uma enorme indeterminação sociológica, visto por outro lado, caso aí se permaneça, ocorre precisamente o contrário.

No livro, as pequenas burguesias camponesas objeto de meu interesse principal constituíam um subtipo particular que tende a definir pela trajetória social ascedente (esp. p. 97/98). Sem dúvida estariam, por exemplo, mais próximas da pequena burguesia progressista analisada por Lênin do que dos camponeses do 18 Brumário. Teriam em comum com o proletariado, aí sim, o sentido da curva em termos de *trajetória política* (p. 98).

A importância que lhes atribuo, e que não é exclusiva, a questão da hegemonia estando bastante presente, é, assim, coincidente com a tradição clássica do marxismo, de que constantemente nos olvidamos ao pretender pensar a história simplesmente da ótica suposta, muitas vezes idealizada e deformada, dos pobres e oprimidos *tout court.* Chegaria mesmo a arriscar estar presente nesse "desvio" populista (entre nós ao que parece de inspiração cristã) um sério caso de contrabando ideológico, obviamente permitido por um pa-

ternalismo e um moralismo de classe muito acentuados, bem como por uma dificuldade em se relacionar e aceitar "homens reais", mesmo quando camuflado por argumentos teóricos. Em casos extremos isto chega a tomar a forma de um horror santo a que se sugira possa o camponês ter algo a ver com o capitalismo e com seu "espírito"[7]. A meu ver, um risco que ronda mesmo os melhores antropólogos (e não só os que se dedicam ao estudo dos campesinatos) é o de ao se insistir, por bons motivos éticos e científicos, no reconhecimento de lógicas sociais múltiplas, acabar-se por negar, por outro lado, em toda a sua extensão e conseqüências, o desenvolvimento capitalista em suas diversas modalidades[8]; independentemente das simplificações e/ou adesões que hajam sido cometidas em nome disso. Ao critério da simples negação (nos seus vários sentidos) creio que a dialética e os clássicos já apresentaram alternativa mais madura a ser levada em conta pelos antropólogos até mesmo na busca de uma identidade profissional.

Sou de opinião, a propósito, que só em parte apresento no livro elementos que permitam realmente não se ficar numa leitura ainda economicista de trajetória social. Seria necessário desenvolver mais a noção da dinâmica da própria ação política (p. 102) e, além disso, integrá-la numa análise mais aprofundada do próprio *éthos* dos grupos camponeses. Só assim a política não correria o risco de ser tratada de forma descontrolada e em termos fragmentários, levando, mais uma vez, a uma deturpação etnocêntrica, embora simpática, da sua ação e a uma visão irreal dos grupos camponeses por

---

7 É como se fosse uma extensão da oposição à tese social-democrata do emburguesamento da classe operária, só que aqui duplamente equivocada: primeiro por aceitar, tal como tem ocorrido no *locus* original do debate, os termos e as implicações supostas; segundo porque no caso do agro brasileiro o equivalente à posição social-democrata seria muito mais o da ineficácia política do campesinato ("o povo de Deus"), exatamente em face da sua suposta "marginalidade".

8 A propósito do "espírito do capitalismo" mencionado acima, é interessante lembrar que para Weber era justamente fundamental distingüí-lo da produção capitalista:

"A forma capitalística de uma empresa e o espírito pelo qual ela é dirigida estão geralmente ligados por alguma relação de adequação, não porém numa relação de interdependência necessária. ... Benjamin Franklin foi impregnado do espírito do capitalismo numa época em que seus negócios de impressão não diferiam formalmente de qualquer empresa artesanal." (1967. p. 41/42).

No livro, a própria distinção entre o que denominei modo capitalista autoritário (Weber fala em capitalismos politicamente determinados — 1967. p. 10) e modo capitalista burguês (expressão repetidamente utilizada por Weber) supunha sem dúvida algo que lembra em parte essa direção geral. Mas isso já levanta uma série de outras considerações que neste momento optei por adiar.

desconhecimento do contexto ideológico mais geral que dá sentido aos elementos que são pinçados em nome do privilegiamento de "objetos teóricos" estritos, por vezes arbitrariamente isolados.

Há aí, obviamente, todo um campo para a pesquisa pouco explorado até agora entre nós, para o qual os trabalhos feitos ao nível da chamada prática econômica podem ajudar a abrir caminho, dado que não se trata de reduzir a política a suas formas institucionais.

A Questão da Fronteira

VII

É no contexto da formação e desenvolvimento de uma "pequena burguesia progressista" camponesa que surgem as observações da resenha acerca da natureza da fronteira no Brasil. Na medida que as minhas observações sobre trajetória social padecem de insuficiências, as discussões sobre fronteira sofrem exatamente do mesmo mal.

Todavia, apesar disso creio que tentei manter presente o caráter contraditório, sem resultados garantidos, da ação (e portanto da análise) política. E é incompatível com tal postura uma visão unívoca e simples da fronteira e de seu significado social e político.

Está claramente colocada a natureza dominantemente fechada da fronteira no decorrer de boa parte da nossa história. Porém, não só esse caráter não é incompatível com pressões no sentido de abri-la, como na verdade é dito que ele resulta, precisamente, dessas pressões operando num contexto específico; o que é apoiado por toda uma literatura a respeito. De forma simetricamente oposta, as novas possibilidades de abertura da fronteira coexistem com as muitas pressões, reforçadas pela história, no sentido de fechá-la. Uma análise sincrônica deveria buscar levar em conta *todos* esses movimentos e vicissitudes e, ao mesmo tempo, porque política, não se permitir descartar *nenhuma* das resultantes possíveis. O enquadramento mais geral do meu trabalho, não só para a fronteira, como para o desenvolvimento político brasileiro em geral, pretendeu ter exatamente esse sentido, embora traindo vez por outra uma possível tendência a subestimar vias menos favoráveis.

É fato que há uma espécie de "aposta teórica" num campesinato (ou parte dele) ascendente. Na medida em que isso possa ser interpretado como uma não consideração de outros movimentos, sou rápido em desfazer a impressão. Nesse sentido, tomo a observação

da resenha como um alerta muito oportuno, apenas reiterando que por um lado *nenhum* resultado, aí incluída a proletarização do campesinato, está dado *a priori* e que, por outro, seria uma ilusão teoricista que não me permito pensar a ação política (reconhecidamente ponderável na situação de fronteira) como uma variável externa a ser lembrada uma vez construído um quadro abstratamente sociológico.

Como se verá adiante, uma visão de processo me parece fundamental (hoje mais ainda) e nesse sentido não cabe uma cristalização tendo por base o paradoxo de "atores passivos", portadores automáticos de características (revolucionárias, pequeno burguesas, etc.) dadas estruturalmente. Tratar-se-ia aí de uma confusão de planos diferentes de análise.

A Integração

VIII

Interessante observar como a parte da obra de Chayanov que trata da chamada "integração vertical" (1966, p. 254/269), ou seja, da incorporação da produção camponesa ao sistema inclusivo, não tem merecido muita atenção entre nós. Interessante, mais ainda, se observarmos ter a "integração vertical" muito a ver com o que Lênin denominava desenvolvimento capitalista em extensão. Na verdade lança luz, inclusive, sobre a tendência à passagem da "extensão" à "profundidade" com a incorporação final, por via gradual e singular, à grande produção, bem como sobre a natureza do jogo complexo de contradições característico de todo esse processo.

Tudo isso tem a ver, também, com uma refocalização da circulação. E creio ser esse um dos pontos de partida possíveis para se pensar as *diferenças* no que diz respeito ao campesinato no Brasil.

Fez parte do esforço em garantir o campesinato como objeto, ou a "especificidade (e unidade) camponesa", a crítica às concepções correntes, e não só entre nós, de "economia de subsistência" e de "economia natural" que supunham campesinatos desvinculados de relações de mercado e portanto de relações necessárias com a sociedade envolvente. Pode-se dizer que se chegou à proposição de que há campesinato sem relações de mercado ou que, mais amplamente, campesinato supõe mercado.

Trata-se aí, a meu ver, de um dos exemplos mais claros de um ganho teórico produzido em nome da "especificidade camponesa"

geral, mas que ao mesmo tempo impediu a análise das diferenças. A paritr daí, a relação com o mercado, que é afirmada, é vista, no entanto, através de um modelo único (de que se teria apenas variações submetidas a invariantes precisas) determinado por um mecanismo de alternatividade subsistência-mercado que se liga diretamente a uma lógica geral de funcionamento interno da unidade camponesa segundo suas necessidades sociais de reprodução e que passa a integrar a própria concepção de campesinato. Diversos estudos de caso de primeira qualidade realizados no Nordeste (esp. Garcia Jr., 1976) fixaram o padrão.

Ocorre que aos poucos a própria diversificação de estudos traz uma riqueza de situações que sugere a necessidade de ir além. Apenas a título de ilustração, lembraria que na Amazônia, por exemplo, tendem a ocorrer situações que se desviam tanto para um lado quanto para o outro da relação indiferenciada subsistência-mercado, já que existem produtos de importância central (não subsidiária) para os grupos camponeses destinados primariamente ao mercado (o arroz é o exemplo mais comum atualmente) e outros destinados primariamente ao autoconsumo. Ou seja, embora nada impeça que sejam destinados tanto ao mercado quanto para o autoconsumo, isso não se dá indiferentemente, como que dependendo apenas de conjunturas. No caso da produção de arroz, o volume que atinge torna muitas vezes irrisória a parte que poderia ser retirada para o autoconsumo, fazendo com que o mecanismo de alternatividade se torne praticamente irrelevante socialmente.

Ao mesmo tempo, existem produtos (como a malva) sem praticamente nenhum valor de uso para os seus produtores).

Assim como essas diferenças no que diz respeito às relações com o mercado se dão entre produtos no interior de um mesmo grupo camponês, determinam também diferenças entre grupos camponeses. Na Amazônia, é o caso típico do contraste, muitas vezes em espaços físicos contíguos, entre grupos camponeses locais de beira-rio (uma das acepções da expressão "caboclo") e grupos camponeses migrantes (cearenses, maranhenses, sulistas, etc., por vezes denominados "colonos") (Pacheco, 1977; Lins e Silva, 1977).

E essas diferenças, a partir daí, dão-se não só ao nível das relações com o mercado, mas em toda a sua visão de mundo e do esforço produtivo, bem como na relação com a própria natureza, corporificando o contraste *centro-beira* examinado no livro (p. 199/209). Isso, aliás, vem mais uma vez reafirmar a diferença entre fronteira física e fronteira sociológica, da qual estão praticamente des-

ligados as mais das vezes os grupos tradicionais de beira-rio enquanto tais; e neste caso, força é reconhecê-lo, não simplesmente por efeito de mecanismos políticos de fechamento da fronteira, mas em face da existência de posturas absolutamente distintas e opostas (Velho, 1977), fruto que são, sem dúvida, de experiências e histórias específicas.

Por outro lado, no Centro-Sul alguns poucos casos examinados têm mostrado a tendência nítida a uma "especialização" em produto "comercial", em detrimento claro da própria produção para o autoconsumo. É o que ocorre no Estado do Rio de Janeiro com produtores que, à medida que suas laranjeiras crescem e entram em produção, deixam de plantar para o autoconsumo, sem que isso seja necessariamente redutível ao ciclo da unidade doméstica. Isso não provoca alteração significativa, como se poderia esperar, nos seus hábitos alimentares, os quais se mostram bastante autônomos em relação à produção. Passam, simplesmente, a utilizar-se do mercado para a aquisição basicamente dos mesmos alimentos. (Bastos, 1977).

É o caso, também no Estado do Rio de Janeiro, de pequenos produtores que historicamente vão reduzindo cada vez mais sua "lavoura de subsistência" em favor do plantio exclusivo de cana de açúcar (Neves, 1977). O mesmo se dá com plantadores de fumo, de soja e outros mais, por vezes a partir de um planejamento empresarial vindo de cima que rejeita a via alternativa de concentração da propriedade rural.

Trata-se, nesses casos, de exemplos evidentes de "integração vertical", os produtores entrando no círculo vicioso tão conhecido dos seus congêneres europeus do crédito bancário, das hipotecas e da ligação com compradores-financiadores institucionais que em troca (ao contrário das patronagens tradicionais) exigem a necessidade de se envolver mais e mais em circuitos monetários.

Tudo isso não são "variáveis externas", mas elementos que influem decisivamente na "lógica" e na própria natureza do cálculo camponês, representando portanto uma perda vê-los sob uma ótica e a partir de um modelo que leve a minimizá-los, ao invés de explorá-los como foco de análise que abre perspectivas inteiramente novas.

O mesmo se poderia dizer da atualização de mecanismos com origem mais tradicional em que a renda da terra paga em dinheiro, ou em um único produto predeterminado, entra como elemento organizador da produção, não constituindo apenas um item a mais de despesa, parte de simples "variante" a ser reduzida a um caso geral de produção (ou não), de acordo com "necessidades sociais de re-

produção" supostamente fixadas por padrões camponeses unívocos ajustados às circunstâncias "internas" à unidade camponesa.

IX

Uma possibilidade de encaminhar a questão das diferenças estaria em distinguir uma pequena produção mercantil e uma "economia natural" (cuja prevalência, pelo que sugere Lênin e ao contrário do que se tornou lugar comum supor, não seria incompatível com o mercado). Tratar-se-ia de, a partir de uma mesma organização produtiva, distinguir circulações diferentes [9], e é de fato interessante que essas duas categorias, um tanto desprestigiadas ultimamente, estejam referenciadas à circulação. Todavia, é preciso ver se algumas (não todas) as dificuldades examinadas assim não ressurgiriam.

Refiro-me, primeiramente, ao fato de que na prática não existem, seguidamente, barreiras intransponíveis entre as diversas possibilidades de relacionamento com o mercado (que não são só duas), apesar da força social das visões de mundo que podem sustentá-las. E, em segundo lugar, ao fato de que se a circulação pode servir de bom ponto de partida para se pensar as diferenças, certamente estas não se restringem a ela, sendo, por exemplo, da maior importância considerar-se as variações de orientação em relação ao esforço produtivo (uma preocupação de Tepicht referida anteriormente) e à acumulação (parte também das "necessidades sociais"), que sofrem múltiplas determinações para além das "leis" que rejem o funcionamento da produção camponesa. Só se restringiriam caso se recuperasse uma visão abstrata da circulação que incluísse, por exemplo, a da própria "produção" ideológica. Isso, todavia, pouco teria a ver com o sentido geral da argumentação aqui desenvolvida.

Parece importante, para não se voltar à rigidez, que se incorpore um elemento de movimento à análise. Poder-se-ia então enxergar os atores se orientando no sentido de realizarem os seus objetivos sociais e culturais mais amplos manipulando e combinando as opções efetivamente presentes, inclusive as identidades sociais. E sem se confundirem com a busca de objetivos abstratos estranhos enquanto tais à sua prática e referidos apenas a construções do observador que não devem ser confundidas com o plano da ação; o que é o caso, inclusive, da noção de pequena burguesia.

Assim, nesse plano, a "reprodução" em jogo pode se referir não a uma reprodução da condição camponesa tomada como objetivo

---

[9] Chayanov faz claramente e nesses termos a distinção (1966. p. 258, 264).

em si mesmo, mas à reprodução de determinados padrões sociais de consumo, bem como à perseguição de valores culturais fundamentais (como, conforme o caso, a *liberdade* em oposição ao *cativeiro* — ver p. 233|242; a educação dos filhos, etc.) que até transcendam o grupo imediato (acompanhando as suas relações sociais) e a que a atividade camponesa, isolada ou combinada, pode *servir*. Como também pode deixar de servir, não sendo então estranhável, a não ser de uma perspectiva populista exacerbada, que se sigam caminhos alternativos para se buscar atingir a "mesma" reprodução, embora sacrificando valores (relativamente) menores. É disso que depende a medida, o como e o onde da reprodução (ou não) do campesinato enquanto tal [10].

Nesse sentido, seria, por exemplo, para mim da maior importância teórica e prática pensar, no caso da Amazônia, as condições de passagem de "caboclo" a "colono" (e vice-versa); como também, em outras áreas, todas as estratégias de autonomia acionadas para buscar evitar que a especialização desemboque simplesmente numa patronagem sem patrão. Pensar que se trata também de adaptação a circunstâncias (tanto de *campo*, quanto de *arena*, e não apenas a uma delas, como sói se pensar) nada indicando, por exemplo, se possa *a priori* determinar ter o caboclo amazônico de manter sempre as mesmas características do período da grande depressão decorrente da queda da borracha. Pensar também que estratégias como a combinação de circuitos de mercado (e produtos) diferentes [11], de atividades de gêneros diversos [12], bem como as diversas alianças de

---

[10] Pode-se até imaginar que em circunstâncias muito concretas a "autonomia" permitida pelo trabalho por empreitada "substitua", conjuntural e relativamente, a autonomia do trabalho camponês; o que já não ocorreria, paradoxalmente, com o trabalho assalariado regular e estável, o qual pode chegar a ser identificado com o *cativeiro*. A meu ver os dados apresentados por Sigaud (1977) permitem esta interpretação (divergente da sua própria), de certa forma coincidente com observação semelhante feita por Lênin, que insistia na racionalidade, no caso russo examinado por ele, desta orientação (1974. p. 247/48).

[11] Caso dos plantadores de cana que buscam dedicar-se também à criação de gado num circuito independente das usinas (Neves, 1977).

[12] No caso da "pequena burguesia" camponesa da fronteira amazônica dão-se combinações muito complexas e variadas, entre outras justamente com atividades comerciais de todo tipo. Estas são curiosamente muito mais valorizadas (em certas circunstâncias sendo até preferenciais) do que ocorreria no Nordeste, segundo certos relatos, para os quais predominaria a valorização quase exclusiva do trabalho na terra. Seria o caso de se saber até que ponto isso se deve a diferenças de orientação entre os pesquisadores (perfeitamente de acordo com o ponto de vista expresso neste artigo) e até que ponto a diferenças de perspectivas dos próprios pesquisadores.

classe e frações de classe possíveis e a organização em cooperativas, sindicatos ou partidos, quando não forem meros instrumentos do grande capital, podem produzir influências significativas sobre as tendências proletarizantes da integração.

Amin e Vergopoulos (1977) propuseram justamente tratar-se o camponês integrado verticalmente como proletário a domicílio. A sugestão parece útil como referência-limite (lembrando-se não ser essa a proletarização de que geralmente se fala); mas contanto que aqui também não se perca o elemento de manipulação, de reação e de *projeto,* dependente de experiências sócio-culturais concretas, sempre presente.

Tal como no caso das ações individuais (até mesmo de cientistas sociais!), a meu ver são essas possibilidades, ligadas a posições assumidas, mas também nas suas contradições, que fornecem as bases para um projeto de classe; e não uma autonomia garantida pela suposição da não-integração.

X

De qualquer maneira, sem dúvida nenhuma continua a se abrir ampla margem para o debate. Já que temos a sorte de esse não se conduzir no vazio, mas baseado no trabalho competente de um grupo crescente de pesquisadores, devemos aproveitá-la e alargá-la ainda mais, aceito o pluralismo em todas as suas conseqüências e sem que ninguém se veja cristalizado em sua posição.

BIBLIOGRAFIA

AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

BASTOS, Eliane C. O. Gonçalves. "Lavoura branca para o *gasto* ou laranja para vender? Hábitos Alimentares de produtores de laranja no Estado do Rio de Janeiro". In: *Relatório do Grupo de Pesquisa do Museu Nacional.* (Participante do Projeto Hábitos Alimentares em Camadas de Baixa Renda FINEP/FUB/UFRJ, org. p/Otávio Velho, mim.) 1977.

CHAYANOV, A. V. Peasant Farm Organization. In: *The theory of peasant Economy.* Org. p/D. Thorner, B. Kerblay e R. E. F. Smith, Richard D. Irwin Inc, I11. 1966.

GARCIA JR., Afranio R. *Terra de trabalho.* Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), mim. 1976.

FURTADO, Celso. *Prefácio à nova Economia Política.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LENIN, V. I. *The Development of Capitalism in Russia.* Moscou, Progress Publishers, 1974.

LINS E SILVA, Tatiana. "Os curupiara foram embora! Um estudo sobre alimentação e reprodução da força de trabalho entre camponeses paraenses". In: *Relatório do Grupo de Pesquisa do Museu Nacional.* (Participante do Projeto Hábitos Alimentares em Camadas Sociais de Baixa Renda FINEP/FUB/UFRJ, org. p/Otávio G. Velho, mim.) 1977.

NEVES, Delma Pessanha. *Reprodução social dos pequenos fornecedores de cana.* Projetos de dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), mim. 1977.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *As facções e a ordem política em uma reserva Tukuna.* Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, mim. 1977.

PACHECO, Maria Emília L. "Circuitos de mercado e padrões de consumo alimentar entre camponeses de origem cearense numa região do Pará". In: *Relatório do Grupo de Pesquisa do Museu Nacional.* (Participante do Projeto Hábitos Alimentares em Camadas de Baixa Renda FINEP/FUB/UFRJ, og. p/Otávio G. Velho, mim.) 1977.

PALMEIRA, Moacir. "Campesinato, fronteira e política". In: *Anuário antropológico/76.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1977.

REY, Pierre-Philippe. *Les alliances de classes.* Paris, François Maspéro, 1973.

SAHLINS, Marshall. *Stone age economics*. Chicago, Aldine Publishing Co., 1974.

SIGAUD, Lígia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores de cana de açúcar de Pernambuco*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, mim. 1977.

SWARTZ, Marc J. (org.). *Local-level politics*. Chicago, Aldine Publishing Co., 1968.

TEPICHT, Jerzy. "Les complexités de l'économie paysanne". In: *Information sur les sciences sociales*. Conseil International des Sciences Sociales, dez. 1969.

——————.. *Marxisme et agriculture: le paysan Polonais*. Paris, Armand Colin, 1973.

VELHO, Otávio Guilherme. "O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro". *América Latina,* Ano 12, n.º *1*. 1969.

——————. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

——————. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Col. Corpo e Alma do Brasil. São Paulo, DIFEL, 1976.

——————. Introdução. In: *Relatório do Grupo de Pesquisa do Museu Nacional.* (Participante do Projeto Hábitos alimentares em Camadas de Baixa Rendo FINEP/FUB/UFRJ, og. p/Otávio G. Velho, mim.) 1977.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1967.